

ES lança Plano de Ações para a Educação

O Plano envolve investimentos de R\$ 42 milhões no biênio 97/98 e vai beneficiar 400 mil alunos da rede estadual de ensino

O Governo do Estado lançou ontem no Teatro Carlos Gomes, com a presença do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, o Plano de Ações e Investimentos na Educação (Paie) que deverá vigorar no biênio 97/98. Todo o pacote contém cinco grandes projetos e passarão a reger a educação estadual até o final do próximo ano. O Plano de Ações prevê investimentos na ordem de R\$ 42 milhões e pretende beneficiar 400 mil alunos da rede estadual de ensino. Os recursos, segundo o governador Vitor Buai, serão viabilizados através do Tesouro Estadual, do Governo federal e dos municípios.

Hoje e amanhã haverá um treinamento dos técnicos municipais para a implementação do pacote de medidas. "A medida em que as prefeituras tiverem assimilado estes planos, a transferência de responsabilidades será realizada gradativamente". A previsão de Vitor Buai é de que até o final deste ano, todos os programas sejam implementados.

PROJETOS - O Plano de Ações e Investimentos que foi apresentado pelo secretário de Estado da Educação, Robson Neves, tem o objetivo de melhorar a eficiência e a qualidade de ensino e de buscar caminhos para mudar o perfil da escola e da própria Secretaria de Estado da Educação (Sedu). Para conseguir cumprir a meta, a Sedu definiu três prioridades: a municipalização da Educação; a autonomia de gestão e a reestruturação do Ensino Médio

regionais, localizadas nos municípios pólos das macrorregiões, sendo que duas superintendências funcionarão na Região Metropolitana.

O terceiro projeto apresentado fala sobre a Gestão Democrática das Escolas, onde cada unidade terá basicamente a autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica de seus recursos financeiros, técnicos e humanos.

O projeto Político Pedagógico será necessário para a discussão das diretrizes e elaboração do material a ser utilizado na escola e o projeto de apoio às ações da escola no que se refere ao processo de avaliação interna. Todo o projeto de Gestão Democrática consumirá R\$ 3,6 milhões.

APOIOS - O penúltimo projeto apresentado pelo secretário de Educação foi o de Apoio à Gestão Escolar. Neste projeto estão incluídas a criação de bibliotecas escolares (o secretário não precisou quantas) e o incremento do acervo existente, com a aquisição de 400 mil livros, que serão destinados à formação de 452.753 alunos e 20.372 professores. A meta, segundo Neves, é que haja um livro para cada aluno do Estado.

Nas ações de apoio à gestão, haverá também a implantação de quatro núcleos de tecnologia educacional, órgãos que serão responsáveis pelo treinamento de professores e técnicos. As cidades de Vitória, Colatina, São Mateus e Cachoeiro serão as que comportarão os núcleos de



Nestor Müller

PRESEÇA

O pacote de ações na Educação foi lançado pelo governador na presença do ministro Paulo Renato de Souza

Ministro promete concluir escola

A nova Escola Técnica Federal do Espírito Santo, localizada na Serra, cuja obra está paralisada há um ano e nove meses, deverá entrar em funcionamento em 98. O anúncio da retomada das obras foi feito na tarde de

obra que está quase terminada", informou Paulo Renato, dizendo-se muito impressionado com a vultuosidade da escola.

VERBAS - Na avaliação do ministro

cante, os serviços que tinham sido realizados pela empresa e ainda não tinham sido quitados.

VISITA - O ministro da Educação chegou ao Estado por volta das

Governador municipaliza rede de ensino

Em solenidade no Teatro Carlos Gomes, que contou com a presença do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, o governador Vitor Buai sancionou a lei que dispõe sobre o processo de municipalização do ensino público no Espírito Santo.

A expectativa do governador é de que até o início do próximo ano os municípios capixabas tenham assumido a municipalização. Pela lei, serão de responsabilidade do Estado exercer e coordenar o processo de municipalização, implantar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, dar cooperação técnica às prefeituras, assim como transferir ou ceder aos municípios os prédios e equipamentos escolares abrangidos pelo processo de municipalização.

Caberá ao Estado, e também aos municípios, garantir o cumprimento do calendário letivo de pelo menos 200 dias ou 800 horas de trabalho escolar, adotar políticas que promovam o ensino fundamental, racionalizar e otimizar o uso da rede física, custear despesas com transporte escolar, entre outras.

A lei sancionada ontem estabele-

ridades: a municipalização da Educação; a autonomia de gestão e a reestruturação do Ensino Médio.

Na implementação da municipalização da Educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério está prevista a realização de seminários com onze microrregiões estaduais. O objetivo será capacitar a municipalidade para a operacionalização do Fundo. Os seminários serão realizados em parceria com o Ministério da Educação e do Desporto, através de seus técnicos.

Na autonomia de gestão, segundo projeto apresentado, o Governo pretende modernizar administrativamente a Sedu, descentralizar e desconcentrar as responsabilidades da Secretaria, através da implantação de superintendências regionais nas microrregiões capixabas, e do fortalecimento das escolas, no sentido de fortalecer sua gestão nas áreas: administrativa, financeira e pedagógica.

SUBNÚCLEOS – Através da autonomia, a Sedu extinguirá os subnúcleos regionais de Educação criando, em seu lugar, treze superintendências

técnicos. As cidades de Vitória, Colatina, São Mateus e Cachoeiro serão as que comportarão os núcleos de tecnologia. Este projeto está sendo realizado em parceria com a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Governo federal, Prefeituras Municipais e Governo do Estado. O convênio com a CST foi assinado na tarde de ontem.

Neste programa, o Estado receberá 1.860 microcomputadores. A fase de conclusão do Proinfo deverá estar concluído no final de janeiro de 1998 e está orçado em R\$ 15 mil. No projeto de Apoio à Gestão Escolar estão incluídos ainda os projetos avançados progressivos, com objetivo de corrigir a defasagem cronológica dos alunos, o projeto de reforço escolar, o projeto "Todos podem ler", para combater o analfabetismo e o projeto Teia, que visa produzir vídeos interativos para auxiliar o professor no processo de aprendizagem.

O programa de Reorganização pretende ainda formar 5.780 professores, preparar material didático destinado à reorientação do currículo e a implantação de laboratórios de informática. O valor total previsto deste projeto é de R\$ 2,3 milhões.

novos meses, a obra em andamento namento em 98. O anúncio da retomada das obras foi feito na tarde de ontem pelo ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, que visitou pessoalmente as instalações da escola ainda durante a tarde. Acompanhado do governador Vitor Buaziz (PV), do senador Elcio Álvares (PFL), do secretário de Estado da Educação, Robson Neves, e do prefeito da Serra, Sérgio Vidigal, Paulo Renato disse que assim que chegar a Brasília deverá disponibilizar os R\$ 800 mil que faltam para a conclusão das obras e outros R\$ 600 mil para a compra de equipamentos do estabelecimento.

A visita à construção da Escola Técnica não estava prevista no cronograma da visita do ministro ao Estado. No entanto, ele fez questão de comparecer às instalações, causando um atraso de uma hora e vinte minutos na solenidade à qual compareceu, no Teatro Carlos Gomes. "A Escola Técnica na Serra será concluída e equipada. Eu tenho a previsão de chegar em Brasília e de me reunir com os técnicos do ministério para ver as condições de viabilizar os recursos. Mas, realmente não tem o menor sentido de não cumprir aquela

VERBAS – Na avaliação do ministro Paulo Renato de Souza, para que a escola seja concluída deverão ser gastos nesta fase final cerca de R\$ 800 mil e para a adequação das instalações, deverão ser aplicados outros R\$ 600,00 mil, totalizando R\$ 1,4 milhão em investimentos. "Eu espero que já no início do próximo ano letivo nós possamos ter cursos funcionando naquele prédio", afirmou Paulo Renato. Os recursos já estão incluídos no orçamento da União para este ano, segundo informou o prefeito da Serra, Sérgio Vidigal.

De acordo com Vidigal, nesta fase de conclusão da escola serão necessários 17% dos recursos. A Escola Técnica Federal da Serra tem 5.828 metros quadrados de área construída e está localizada entre a BR 101 Norte e a ES 010, no bairro de Camará. A obra foi orçada em R\$ 2.546.392,00 mas foi paralisada em janeiro de 1996 porque o valor contratual não cobria os custos da construção.

Sérgio Vidigal informou que foi à Brasília no mês passado, onde conseguiu, com o auxílio do senador Elcio Álvares, a liberação de R\$ 500 mil para pagar à construtora Sá Caval-

VISITA – O ministro da Educação chegou ao Estado por volta das 14h30m em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Rompendo toda a agenda pré-estabelecida pelo Governo do Estado, do Aeroporto de Vitória, em Goiabeiras, ele seguiu em uma perua da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), acompanhado das autoridades estaduais, para a Escola Técnica da Serra, onde visitou as instalações.

No centro de Vitória, um forte esquema de segurança foi montado. Vinte homens do Primeiro Batalhão da Polícia Militar foram deslocados para realizarem a segurança em frente à porta do Teatro Carlos Gomes. A Rua Barão de Monjardim foi interditada desde o início da tarde para que somente nela trafegassem os carros da comitiva ministerial.

Depois da solenidade no Teatro Carlos Gomes, Paulo Renato de Souza, seguiu para o Palácio Anchieta, onde tomou chá com o governador Vitor Buaziz, o secretário Robson Neves e a subsecretária de Educação, Rosângela Lucchi. De lá, ele seguiu para a Prefeitura de Vitória, onde se reuniu com o prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas.

custear despesas com transporte escolar, entre outras.

A lei sancionada ontem estabelece, ainda, a forma de manutenção do ensino, que usará recursos provenientes do orçamento municipal. Somada à lei está a Emenda Constitucional 14, que vincula 60% dos 25% que pela constituição são obrigatórios de serem investidos pelos municípios na educação, ao ensino fundamental – o que representa 15%.

Esse percentual será depositado no chamado Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que se incumbirá de distribuir o montante arrecadado entre os Estados e municípios, de acordo com o número de alunos matriculados na rede de ensino fundamental e primeiro grau.

PISO – Ainda de acordo com Paulo Renato de Souza, o piso salarial do professor deverá seguir a média do custo/aluno. Este ano o custo/aluno é de R\$ 300,00, sendo a previsão para o ano que vem de R\$ 315,00, disse o ministro.

No entendimento de Paulo Renato, a Emenda Constitucional 14 "fora a melhor coisa que o Governo federal fez para a Educação nos últimos anos", já que até então a Constituição não havia deixado claro qual a responsabilidade dos Estados, municípios e da União no processo educativo.

Segundo ele, empregava-se os 25% na pavimentação de vias de acesso às escolas, na aquisição da merenda escolar, na construção de estágios poliesportivos, mas nem sempre na atualização de livros didáticos e valorização do professor. Agora, cabe aos municípios investir no ensino fundamental e primeiro grau.

A Emenda Constitucional 14 prevê, também, que a prioridade de investimento no ensino de primeiro grau será por dez anos.